

**GUERRA DE CANUDOS (1896 – 1897): DA  
EMANCIPAÇÃO SERTANEJA A BARBÁRIE  
PROMOVIDA PELO ESTADO-NAÇÃO**

**CANUDOS' WAR (1896 - 1897): FROM THE INLANDER  
EMANCIPATION TO THE BARBARISM PROMOTED BY  
THE NATION-STATE**

**GUERRA DE CANUDOS (1896 - 1897): DE LA  
EMANCIPACIÓN SERTANEJA A LA BARBÁRIE  
PROMOCIONADA POR EL ESTADO NACIONAL**

*DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2020.i1.p.131-147*

**Robinson Santos Pinheiro**

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Professor de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas  
(UFPel)  
E-mail: [robinson22pinheiro@yahoo.com.br](mailto:robinson22pinheiro@yahoo.com.br)

**Tiaraju Salini Duarte**

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)  
Professor de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas  
(UFPel)  
E-mail: [tiaraju.ufpel@gmail.com](mailto:tiaraju.ufpel@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6817-0952>

**RESUMO**

A partir da revisão bibliográfica sobre a biografia de Antônio Conselheiro, a formação de Belo Monte e a Guerra de Canudos, se objetiva teoricamente versar acerca da emancipação sertaneja que culminou num dos maiores conflitos armados no campo brasileiro. Na barbárie denominada Guerra de Canudos (1896 – 1897), de um lado estavam os sertanejos, localizados na cidade de Belo Monte, norte do estado da Bahia, liderados pelo religioso e simpatizante da Monarquia Antônio Conselheiro; e de outro lado estava o Exército, representante do Governo Republicano (1889). De forma geral, o ataque aos sertanejos foi justificado pelo argumento do perigo da Monarquia se reorganizar. Contudo, de fato, o que explica a Guerra foi o interesse de retomada do poder regional por parte de algumas lideranças religiosas, políticas e econômicas; pois a organização de vida em Belo Monte permitiu romper com um sistema que há séculos sufocava os sertanejos: a concentração de terra e de água. A terra e a água tinham o seu uso socializado, o que permitiu a divisão mais justa da riqueza gerada, garantindo melhor qualidade de vida para os sertanejos. Tal fato fez com que Belo Monte, diante à miséria do sertão semiárido, fosse considerada um paraíso terrestre.

**Palavras-chave:** Belo Monte. Sertanejos. Guerra de Canudos. Estado-Nação.

**ABSTRACT**

From the literature review on Antonio Conselheiro biography, the formation of Belo Monte and the Canudos War, the objective is theoretically to deal with the inlander emancipation, which culminated in one of the largest armed conflicts in the Brazilian countryside. In that, savage behavior named Canudos' War (1896 - 1897), on one side were the inlanders, located in the village of Belo Monte, situated north of the state of Bahia, led by the religious and sympathizer of the Antônio Conselheiro monarchy; and on the other side was the Army, representative of the Republican Government (1889). In general, the attack on the inlanders was justified by the argument of the danger of the monarchy to reorganize itself. However, as a matter of fact, what explains that war was the interest in the resumption of the regional power by some religious, political and economic leaders; for the organization of life in Belo Monte allowed to break with a system which had suffocated the inlanders for centuries: the concentration of land and water. The land and water had their



socialized use, which allowed a fair division of the wealth generated, ensuring better quality of life for the inlanders. Such fact made Belo Monte, before the misery of the semi-arid backcountry, to be considered an earthly paradise.

**Keywords:** Belo Monte. Inlanders. Canudos War. Nation-State.

## RESUMEN

Partiendo de la revisión bibliográfica sobre la biografía de Antonio Conselheiro, la formación de Belo Monte y la Guerra de Canudos, se objetiva teóricamente abordar la emancipación sertaneja (pueblo que vive en el Sertão brasileño) que culminó en uno de los mayores conflictos armados en el campo brasileño. En la barbarie llamada Guerra de Canudos (1896 - 1897), por un lado estaban los sertanejos, ubicados en el pueblo de Belo Monte, al norte del estado de Bahía, liderados por el religioso y simpatizante de la monarquía Antonio Conselheiro; y del otro lado estaba el ejército, representante del gobierno republicano (1889). En general, el ataque a los sertanejos estaba justificado por el argumento del peligro de la monarquía reorganizarse. Sin embargo, de hecho, lo que explica la guerra fue el interés en la retomada del poder regional por parte de algunos líderes religiosos, políticos y económicos; pues la organización de la vida en Belo Monte permitió romper con un sistema que había sofocado a los sertanejos durante siglos: la concentración de tierra y agua. La tierra y el agua tenían su uso socializado, lo que permitía una división más justa de la riqueza generada, asegurando una mejor calidad de vida para los sertanejos. Este hecho hizo con que Belo Monte, ante la miseria de las tierras del sertão semiárido, fuera considerada un paraíso en la tierra.

**Palabras clave:** Belo Monte. Sertanejo. Guerra de Canudos. Estado Nación.

## 1. INTRODUÇÃO

Compreender o processo de constituição do que se chamou, pelos vencedores, de Guerra de Canudos (1896 – 1897) é se enveredar na construção simbólica do Brasil. Mais que uma Guerra contra a população civil impulsionada pelos interesses políticos institucionalizados, este foi o “encontro” do Brasil do “litoral” com o do “interior”.

A Guerra de Canudos colocou em evidencia a organização de um país dual. De um lado, a concepção de “sociedade” progressiva e/ou moderna oriunda do litoral – uma vez que era o espaço de tentativa de se tornar imagem e semelhança dos padrões Ocidentais – e, por outro lado, as demais concepções de organização social que se distanciam da primeira, entendidas enquanto bárbaras e/ou retrógradas (NAXARA, 1998).

O Governo Republicano, com sede no Rio de Janeiro à época, influenciado por lideranças políticas baianas, justifica a ação e a barbárie cometida no município de Belo Monte por acreditar que lá se armava a Monarquia para destituir a República. A monarquização dos sertanejos no interior do Brasil permeava o imaginário social/político da época. Contudo, vários pensadores do período já questionavam tal argumento (MONIZ, 2001). Esta visão é mais duramente criticada com a publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902. Nas páginas do referido romance jornalístico, historiográfico, sociológico (BERNUCCI, 1995), que aqui será utilizado como fonte bibliográfica, Euclides da Cunha defende a tese de que o surgimento de Belo Monte foi oriundo do atraso temporal, que se atrela ao cultural, social, material etc. Assim, Euclides da Cunha condena a



Guerra promovida pelo Governo Republicano, dizendo que essa forte raça histórica deveria ser inserida no processo modernizador que passava o litoral, não eliminada (VIDAL e SOUZA, 1997).

A formação da cidade organizada por Antônio Conselheiro se deu pela imensa pobreza que assolava os viventes do sertão Semiárido. Este fato justifica que no período de 1893, instalação dos seguidores de Conselheiro na antiga fazenda de gado Canudos, a 1896, ano de início do ataque republicano, existisse, aproximadamente, 10 mil habitantes, tornando-se uma das maiores cidades do estado da Bahia. Bartelt (2009) destaca que Belo Monte teve destaque regional, influenciando em questões de atratividade da população, como em questões econômicas, religiosas e políticas (Foto 1).

**Foto 1:** Representação do cenário do conflito no Parque Estadual de Canudos, Canudos, BA.



Fonte: Autores, 22/04/2014.

Verificou-se que a estrutura organizacional da cidade fundada por Conselheiro, mesmo reproduzindo características do sistema administrativo dos coronéis (BARTELT, 2009), conseguiu garantir uma melhor qualidade de vida para os seus moradores, isto conquistado por meio da divisão da terra ocupada e da água disponível.

Nogueira (1974) evidencia que Belo Monte era vista enquanto um *oásis* no sertão do Semiárido nordestino, assolado pela pobreza advinda de profundas desigualdades sociais. Conselheiro não prometia a graça somente no céu, depois da morte, como muitos religiosos andarilhos vagavam a palestrar, ele pregava a construção de um lugar diferenciado na Terra, em que os seus seguidores pudessem construir uma vida digna, longe das amarras do Governo Republicano. A luta contra a República que chegava nos sertões é basilar na formação de Belo Monte, pois a instalação da República, destituindo a Monarquia e dissociando o Estado da Igreja, feria profundamente as convicções do denominado Antônio Conselheiro. Deste ponto de vista, a Guerra



de Canudos, por parte dos conselheiristas, se configurou como conflito contra o Cão, contra os Anticristo, contra os Filhos da “Besta” que vieram abalar as estruturas celestes que arduamente se constroem na Terra pelos que creem nas palavras de Antônio Conselheiro.

O final do árduo entrevero de um ano da Guerra de Canudos foi a derrota dos conselheiristas e a degola ou fuzilamento de alguns homens e mulheres bem como o estupro de parte das mulheres que se renderam com os idosos e crianças antes do fim do combate; este marcado pela cena de quatro sertanejos – três homens e um menino – resistindo bravamente as investidas de centenas de militares do Exército que os cercavam na vala que os abrigavam.

Desta feita, se objetiva, com o presente artigo, somar com as vozes (acadêmica e de movimentos sociais) que buscam compreender a experiência de Belo Monte enquanto, dentro de suas idiossincrasias, revolucionária/transformadora, pois permitiu um melhor viver para o coletivo de sertanejos que ocupavam o seu território. Assim, se procura, por meio do procedimento de revisão de literatura, compreender o contexto que “fomentou” o processo que levou a formação de Belo Monte e as características que permitem a compreender enquanto revolucionária.

Para o desenvolvimento do exposto acima, se dividiu o artigo em três partes mais a introdução e as considerações finais. Sendo que a primeira parte versa sobre a formação territorial do semiárido; a segunda parte tece considerações acerca da figura de Antônio Conselheiro e da formação de Belo Monte; e a terceira parte aborda os elementos políticos, econômicos e religiosos presentes na Guerra de Canudos.

## 2. FORMAÇÃO TERRITORIAL “DOS SERTÕES”

Insulados no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas (CUNHA, 1967, p. 321).

A citação do romance *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, evidencia, em parte, as contradições da organização Estatal brasileira; em que determinados espaços não participavam de forma efetiva da construção política/administrativa. Espaços estes, segundo Cunha (1967), recanteados devido à falta de interesse dos administradores da Colônia, posteriormente, do Império e, até o momento de sua reflexão, da República. Assim, ao falar do povoamento do sertão, visto como oposição de litoral, ele afirma:



Povoara-se e cresceu autônoma e forte, mas obscura, desadorada dos cronistas do tempo, de todo esquecido não já pela metrópole longínqua senão pelos próprios governadores e vice-reis. Não produzia impostos ou rendas que interessassem o egoísmo da coroa (CUNHA, 1967, p. 87).

Cunha (1967) diz que a formação do interior se deu por meio da inserção da criação de gado. Esta atividade permitiu que surgissem os primeiros focos de colonização, contudo, como cumpriam atividades secundárias, não eram de interesse pela elite política e econômica nacional. Conforme Galeano (1986, p. 71), a produção açucareira, no período colonial, era a atividade mais rentável: “Durante pouco menos de três séculos a partir do descobrimento da América, não houve, para o comércio da Europa, produto agrícola mais importante que o açúcar cultivado nestas terras”.

Andrade (1973) reverbera para o fato de que a inserção do sertão na divisão do trabalho se deu pela criação de gado; os pontos irradiadores da colonização do Sertão foram Salvador, BA, e Olinda, PE, e que o caminho utilizado foram os rios. Além disso, o supracitado destaca que a colonização aconteceu a partir da concentração de terras, poucas famílias, como Cunha (1967) também apresenta, exerciam o controle territorial. Segundo Andrade (1973, p. 180):

Garcia d’Ávila e seus descendentes, porém, estabelecidos na casa-forte da baía de Tatuapera – a famosa Casa da Torre – embora não desdenhassem as possibilidades de riquezas minerais, deram maior importância ao gado e, desde o governo de Tomé de Sousa, trataram de conseguir doações de terras, sesmarias, que cada vez mais penetravam o Sertão, subindo o Itapicuru e o Rio Real, para alcançarem o Rio São Francisco. Nem este grande rio deteve a ambição, a fome de terras dos homens da Casa da Torre que, através dos seus vaqueiros e prepostos, estabeleceram currais na margem esquerda, pernambucana, portanto, do Rio São Francisco e ocuparam grande parte dos sertões de Pernambuco e do Piauí. Até no Cariri cearense pleitearam os homens da Casa da Torre o recebimento de sesmarias. Construíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muitos reinos europeus, pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes. Competindo com ela pela extensão das terras que possuía, só se compara a família do Mestre-de-Campo Antônio Guedes de Brito.

Conforme Furtado (1968), no desenvolver do século XVIII, houve a inversão da importância dos papéis na estrutura organizacional produtiva apresentada entre o sertão pecuarista e o litoral açucareiro. Como destaca Galeano (1986), no século XVIII, há o processo de declínio da economia açucareira nordestina. O declínio da economia açucareira é oriundo da proximidade das Antilhas ao mercado europeu, bem como a inserção de Barbados na produção açucareira mundial. Este autor explica que Barbados com solos virgens e melhores técnicas conseguia render mais que o Nordeste brasileiro, este com solo empobrecido devido ao longo processo de exploração. Por fim, conclui que, para além da questão internacional, a constante rebelião/resistência dos escravizados e a



descoberta de minerais preciosos em outras localidades no Brasil contribuíram para o enfraquecimento da economia açucareira.

Furtado (1968) assegura que a crise açucareira promoveu uma intensa migração das áreas litorâneas nordestinas para a extração mineral e para o sertão pecuarista. No caso do sertão, milhares de indivíduos migraram para o interior nordestino a fim de conseguirem garantir a subsistência da família. O que acontece é que nas áreas de produção agrícola para exportação, segundo Furtado (1968), quando se tem a redução do lucro, há o aumento da quantidade de solos necessários para a produção. Como resultado, se tem a redução da oferta de alimentos básicos e seu consecutivo aumento de preços. Nas áreas de pecuária, por sua vez, as crises demoram a se alastrar, pois a população se alimenta do produto exportado. Contudo, como demonstra a literatura especializada (ANDRADE, 1973, BARTELT, 2009, OLIVEIRA, 1977, CASTRO, 1992), a pobreza assolava todos os cantos do Sertão nordestino. Bartelt (2009) e Moniz (2001) destacam que inclusive esta situação, como será visto adiante, favoreceu a formação de Belo Monte, bem como contribuiu efetivamente em sua defesa quando foi atacado. Nestes sertões da pobreza, das injustiças, da concentração de terra e de água, Antônio Conselheiro: “[...] fez como uma pesquisa de campo de vinte anos” (BARTELT, 2009, p. 41).

### **3. ANTÔNIO CONSELHEIRO E A FORMAÇÃO DE BELO MONTE**

Antônio Vicente Mendes Maciel – Antônio Conselheiro - nasceu na cidade de Quixeramobim, CE, por volta de 1830. Seus pais eram comerciantes e possuíam casas para alugar. Moniz (2001) narra que após aprender a ler e a escrever com um amigo de seu pai, é matriculado na escola de um professor da região, Antônio Ferreira Nobre. Moniz (2001) ainda evidencia que a sua inserção ao mundo das letras permitiu o acesso a uma diversidade de literatura que influencia seu olhar para o mundo.

Entrementes, um fato que modifica o viver do futuro Conselheiro é a morte do Pai devido a uma briga de família, muito comum no período. Além de responsável pelo comércio e pelas casas de aluguel, torna-se o patriarca, tendo por responsabilidade cuidar de suas três irmãs. Após tê-las casado, casa-se, em 1857, com sua prima Brasilina e passa a lecionar Português, Aritmética e Geografia (NOGUEIRA, 1974).

Sola (1991) argumenta que com o passar do tempo e inúmeros problemas com a sogra resolve pela mudança. Na cidade de Ipu, no estado do Ceará, tem a primeira desilusão amorosa: sua esposa se enamora e foge com um soldado. Este momento é emblemático, pois aciona uma reviravolta em sua vida. Segundo Nogueira (1974, p. 5):



Desfeito, porém, o lar de modo tão oprobioso, sua vida desdobra-se em duas fases. A primeira é a de instabilidade nos serviços a que se dedica e na contínua mudança de residência e de profissão, em numerosos municípios do centro e do sul da província.

São contraditórias as versões que falam de sua andança pelo sertão. Nogueira (1974) aponta que o motivo se localiza no fato do mesmo caminhar em direção ao encontro de sua esposa e do seu amante em nome de sua honra; por sua vez, Cunha (1967) fala da andança para fugir da vergonha que o abandono o deixou.

Sola (1991) aponta que Antônio Maciel, em seu caminhar, encontra-se com Joana Imaginária, artesã de Santos. O contato rendeu um filho e uma maior aproximação com os devotos, uma vez que estes procuravam sua companheira para comprar imagens sacras. Contudo, o fim deste relacionamento assemelha-se ao anterior: é traído, descobre que inúmeros homens da cidade saiam com sua amada. Por muito tempo não se ouviu falar do Antônio Vicente Mendes Maciel.

Vagou pelo sertão por cerca de vinte e dois anos. Nesse período, arrumava cemitérios, Igrejas e auxiliava na construção de outras (CALASANS, s. d.). Há narrativas de que trabalhou meses na manutenção do longo (3km) caminho de pedra (Foto 2) que leva da sede do município de Monte Santo à Igreja de mesmo nome, localizada no topo da montanha.

**Foto 2:** Parte do caminho que leva a igreja de Monte Santo, construída em cima da Montanha – a obra foi realizada entre os anos de 1775 a 1795 - e vista parcial da cidade de Monte Santo, BA.



Fonte: Autores, 23/04/2014.

Em troca dos serviços, ganhava dormida, comida e bebida. Com o passar do tempo, o nome de Antônio Conselheiro ganhava fama, assim, deixou de caminhar sozinho, segundo *A Folhinha Lambert*, de 1877 (Apud. MONIZ, 2001, p. 33 – 34):



Apareceu no sertão do Norte um indivíduo que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares, servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos com que se impõe à ignorância e à simplicidade. Deixou crescer a barba e cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuamente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos à multidão, que reúne onde lhe permitem os párocos; e movendo sentimentos religiosos, arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura.

Com ele caminhavam inúmeras famílias de agricultores, foragidos da polícia, comerciantes, meretrizes, carolas (MONIZ, 2001; SOLA, 1991, CUNHA, 1967). Estes viam no líder espiritual uma possibilidade de saírem da amargurada vida, de conseguirem um lugar melhor na Terra e no Céu. Conforme interpreta Moniz (2001), Conselheiro se destaca no sertão não somente por suas ações, suas palavras traziam esperança para os moradores desta terra ignota.

Conselheiro tinha como princípio a defesa da moralidade religiosa atrelada às diretrizes monárquicas em favorecimento dos sertanejos historicamente espoliados. Em *Os Sertões*, Cunha (1967, p. 158) evidencia que Antônio Conselheiro: “Viu a República com maus olhos e pregou, coerente, a rebeldia contra as novas leis”. Segundo este autor, Antônio Conselheiro via com muito pesar a consolidação do casamento civil e a cobrança de impostos que nada faziam ou contribuía para a população assolada pelas intempéries do ambiente vivido – seca. A título de exemplo da revolta de Conselheiro com os (des)mandos do governo republicano, Cunha (1967) romanceia a passagem em que este indignado com a fixação, nas Câmaras Municipais, de tábuas que regulamentavam a cobrança de impostos e outras atividades inerentes à organização da prefeitura, e formou um levante de sertanejos:

Ao surgir esta novidade Antônio Conselheiro estava em Bom Conselho. Irritou-o a imposição; e planeou revide imediato. Reuniu o povo num dia de feira e, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas numa fogueira, no largo. Levantou a voz sobre o “auto da fé”, que a fraqueza das autoridades não impedira, e pregou abertamente a insurreição contra as leis (CUNHA, 1967, p. 158).

Bartelt (2009) reverbera para o fato de que Antônio Conselheiro modifica seu comportamento após o ato realizado em 1893. No que toca à formação de Belo Monte, este autor evidencia que o conflito entre os conselheiristas e as tropas estaduais, na cidade de Masseté, BA, ocorrido após a queima das leis, levou Antônio Conselheiro a procurar um abrigo. Na trama literária de *Os Sertões*, se lê que, após o ocorrido com as tropas estaduais, Antônio Conselheiro resolve ir embora com seus seguidores, foi com o: “[...] rumo firme, em cheio para o norte [...] atravessaram





serranias íngremes, tabuleiros estéreis e chapadas razas, longos dias, vagorosamente, na marcha cadenciada pelo toar das ladainhas e pelo passo tardo do profeta...” (CUNHA, 1967, p. 159).

Bartelt (2009) evidencia que se soma ao descontentamento promovido pela separação entre Estado e Igreja a já comentada cobrança de impostos. A partir da constituição de 1891, o Estado delegou aos estados da federação a legislação sobre a arrecadação de impostos. Como parte significativa dos estados estava endividada, como o caso do governo baiano, houve o aumento da cobrança da participação dos municípios na arrecadação estadual. Por causa do aumento da participação do estado nas receitas municipais, os dirigentes das cidades aumentaram os impostos e aumentaram as taxas dos já existentes. Como no sertão praticamente não existiam manufaturas ou indústrias, a arrecadação municipal volta-se para o consumo e a base da economia, o comércio de gado. Nas palavras de Bartelt (2009, p. 41):

A distribuição desses impostos recolhidos provocou uma briga significativa na Primeira República entre governos municipais e estaduais, que foi resolvida às custas da população empobrecida do interior. A situação tornou-se mais difícil, com casos frequentes de abusos. Nos vastos territórios do sertão, as autoridades transferiram o recolhimento fiscal para intermediários privados, que eram especialmente tentados a se aproveitar, em benefício próprio, da falta de controle e da instrução escolar deficiente dos sertanejos. Além da dificuldade dos lavradores com o sistema métrico, o fato de cada feira criar tabelas próprias de impostos facilitava ainda mais o abuso.

Segundo o supracitado, o excedente da produção local e regional era comercializado na feira, assim, esta se tornou o local de cobrança da arrecadação municipal. Também era na feira o local dos encontros e dos abusos. Um desses casos mereceu destaque num dos sermões de Antônio Conselheiro. Este viu uma mulher ser taxada em 100 réis, contudo, em sua esteira de palha, havia 80 réis de produtos a serem vendidos (BARTELT, 2009).

A partir deste ambiente de descontentamento, em 1893, Antônio Conselheiro funda a vila de Belo Monte. O local escolhido foi a Fazenda Canudos. Canudos, segundo Cunha (1967, p. 160), era uma antiga fazenda (Foto 3) que após a chegada dos conselheiristas se transforma.



**Foto 3:** Ruínas do alicerce da sede da Fazenda Canudos, localizada no Parque Estadual de Canudos, Canudos, BA.



Fonte: Autores, 22/04/2014

Cunha (1967, p. 160) argumenta que Canudos estava em plena decadência, e que seu território era habitado, desde 1876, por uma: “[...] população suspeita e ociosa, ‘armada até os dentes’ e cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudo de metro de extensão”. Com a chegada do grupo, Cunha (1967) relata que rapidamente o local tornou-se um denso povoado, batizado de Belo Monte. Muitos sertanejos saíram de municípios do estado da Bahia como dos estados vizinhos para se juntarem a Antônio Conselheiro. A título de exemplo, Cunha (1967, p. 161) cita o relato feito pelo Barão de Jeremoabo, BA:

Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas, e até do Estado de Sergipe, ficaram desabitados, tal a aluvião de famílias que subiam para Canudos, lugar escolhido por Antônio Conselheiro para o centro de suas operações. Causava dó verem-se expostos à venda nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino, etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos, casas, etc. O anelo extremo era vender, apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Santo Conselheiro.

Na historiografia sobre Belo Monte, como verificado em Bartelt (2009), há distintas teses que apresentam a cidade administrada por Conselheiro; ora vista enquanto isolada ou em plena decadência ora compreendida como de papel de destaque no sertão nordestino, possibilitando uma melhor qualidade de vida em relação ao restante dos sertões do Semiárido. Sobre a primeira tese, Bartelt (2009, p. 44), diz que:



Ao contrário do que pretende uma persistente tese de isolamento, Canudos estava situada numa região do sertão com raras precipitações e esparsamente povoada, mas, ao mesmo tempo, se encontrava no ponto de intersecção de várias estradas importantes de comunicação e de rotas comerciais.

Na segunda tese, se esmera em demonstrar que, para a realidade do sertão, Canudos se destacava. Segundo o autor supracitado, os números sobre o total da população de Belo Monte se contradizem, variando entre 10 a 30 mil habitantes. Após consultar a literatura sobre a temática, Bartelt (2009, p. 68), destaca um total de 10 mil habitantes vivendo em Canudos, contudo:

Mesmo sendo colônia de “apenas” dez mil habitantes, Canudos trouxe consequências significativas para a estrutura social e econômica da região. Num espaço de tempo muito curto, surgiu ali um importante fator econômico. A imigração, além de criar mercados e oportunidades de comércio e venda, reduziu simultaneamente as perspectivas comerciais de outros locais e abriu lacunas que, por sua vez, tiveram consequências tanto econômicas quanto políticas. Além disso, o arraial exerceu uma grande influência política.

O lugar exercia um atrativo para os sertanejos. Bartelt (2009) apresenta três círculos de influência e atração cuja somatória da relação destes círculos acaba por evidenciar o caráter regional de Belo Monte, envolvendo pelo menos quatro estados.

A autoridade de Antônio Conselheiro estava ligada aos princípios religiosos; muitos sertanejos o viram como um elo com Deus. Entrementes, as práticas administrativas de Belo Monte, segundo Bartelt (2009, p. 76), reproduziam princípios oligárquicos:

Belo Monte foi, portanto, administrada de acordo com princípios oligárquicos, no sentido literal da palavra. A legitimidade do pequeno grupo de líderes não resultava de eleições, mas do prestígio, ganho com suas próprias ações, bens e/ou proximidade com Maciel. O “domínio” de Maciel funcionava de modo análogo aos princípios coronelísticos – com uma diferença decisiva: não fundava seu poder em propriedades rurais e na dependência econômica daí resultante, nem em influências políticas, mas em sua legitimidade religiosa ou, se preferirmos, em sua santidade, em sua proximidade com Deus.

Como se observa, um dos atrativos de Belo Monte era o poder espiritual exercido pela figura de Antônio Conselheiro. Acrescenta-se, conforme Moniz (2001) e Nogueira (1974), que Belo Monte também era vista como a possibilidade de sair da miséria. Mesmo que a relação de poder ocorresse de forma análoga à coronelística, o produzido em Belo Monte permitia uma condição de vida melhor em relação à grande parte do sertão; a antiga Fazenda Canudos foi vista, na época, como um oásis (SOLA, 1991). Nogueira (1974, p. 11) interpreta que:



Aquela gente havia encontrado a reparação ao seu passado sofredor: roubadas as suas propriedades, expulsos das suas terras pelo fisco, pelos policiais desalmados, pelas autoridades ou seus agentes arbitrários e maus, pelos políticos sem sentimentos humanos. Vítimas da brutalidade e do egoísmo encontraram a terra de Canaã, guiados pelo seu chefe, cuja palavra até então fora sempre um bom conselho.

Como resultado, Belo Monte ganhou destaque no cenário regional e passou a incomodar a esfera religiosa, econômica/agrária e política.

#### **4. A GUERRA DE CANUDOS: ELEMENTOS DA BARBÁRIE**

Da “prosperidade” para a Guerra. Por exercer forte influência em teu território, como visto no último parágrafo do subitem anterior, Belo Monte incomodou três poderes hegemônicos no período: o religioso, o agrário/econômico e o político.

No que toca à esfera religiosa, Cunha (1967) destaca que a Igreja Católica se incomodou com a grande influência exercida por Antônio Conselheiro no Sertão. Padres e Freis, conforme este autor (1967) e Moniz (2001), relatavam aos seus superiores que muitos fiéis estavam a seguir as palavras de Antônio Conselheiro. Segundo Moniz (2001), o que diferenciava Antônio Conselheiro dos demais movimentos religiosos - muito comuns na época - era que sua palavra não somente prometia a libertação das mazelas vividas após a morte, mas também pregava, principalmente após o ocorrido em 1893, a necessidade de se construir um ambiente “diferenciado” na terra, em que os “escolhidos” pudessem se reproduzir sem sofrer as influências do “Cão”.

Ao ter sua hegemonia abalada no sertão, a Igreja buscou, segundo Cunha (1967), meios que limitassem ou eliminassem a atuação de Antônio Conselheiro. Dentre os meios utilizados, dois merecem destaques. O primeiro é antes da formação de Belo Monte, em que a Igreja começou a proibir que Antônio Conselheiro utilizasse da Cerimônia Religiosa para realizar Sermões. O segundo, após a fundação de Belo Monte, foi a proibição dos religiosos de irem a esta localidade para a realização de atividades eclesiais. Já as ações de Antônio Conselheiro, Cunha (1967) mostra que foi o reverso da atitude da Igreja Católica, pois este aceitava a entrada dos membros religiosos para levar a Palavra Divina atrelada a sua forma ritualística.

O poder econômico foi abalado porque muitos sertanejos abandonavam as suas propriedades ou as terras de coronéis para ir morar em Belo Monte. Isso fez com que a geração de riqueza das fazendas diminuísse, obrigando os coronéis a buscarem outras fontes para garantir a renda. Além da questão monetária, a expansão da cidade liderada por Antônio Conselheiro poderia ser utilizada como exemplo de uma nova organização no espaço do sertão semiárido, podendo ruir com a



estrutura coronelística que há séculos sufoca a vida de inúmeros sertanejos (SODRÉ, 2010). Como o poder coronelístico ampara-se no poder econômico e político, logo os desgostos da elite agrária voltaram-se para a articulação política em nível local e regional.

Na época, o Governo Federal não se preocupou em perscrutar se existia possíveis articulações locais/regionais que poderiam engendrar a construção de um “inimigo”. Segundo Bartelt (2009), no ano de 1893, o estado da Bahia se bipartidariza a partir da criação do Partido Republicano Federal-Bahia. O citado partido político disputa o poder com o Partido Republicano Conservador, liderado por José Gonçalves e o Barão de Jeremoabo. Em 1896, o Partido Republicano Federal-Bahia chega ao poder sob o comando de Luís Vianna. Como promessa de campanha, Luís Vianna busca “pacificar” o Sertão. Conquanto, o prometido pode ser entendido como uso: “[...] dos meios públicos com a finalidade privada de ampliar sua área de poder e de influência no Estado” (BARTELT, 2009, p. 51). Pois, no ano de 1895, Luís Vianna, segundo Bartelt (2009), traça um mapa da distribuição política do estado baiano. Como resultado, averiguou que das quatro regiões do estado baiano, apenas a “região” que se colocava Antônio Conselheiro estava fora de sua influência:

[...] Vianna desenhou com isso um mapa da divisão política de poder na Bahia nos tempos de Canudos. Fica evidente que grande parte do “sertão do conselheiro”, da assim chamada área de acesso a Belo Monte, estava sob influência do partido de oposição PRC, uma vez que seus líderes, Gonçalves e Dantas Martins, eram proprietários dos mais importantes latifúndios da região e os controlavam politicamente (BARTELT, 2009, p. 53).

Entretanto, nas páginas da historiografia oficial, ficou conhecido como o estopim da Guerra de Canudos à compra de madeira por parte de Conselheiro. Este realiza o pagamento, mas não recebe a mercadoria. Como se lê em *Os Sertões* (1967), o administrador de Juazeiro, BA, preocupado com a possível reação de Conselheiro, pede apoio ao governo baiano, que no dia 04 de novembro de 1886, envia cem soldados - sob o comando do Tenente Pires Ferreira - para evitar o conflito. No dia 21 de novembro, quando os soldados se depararam com dezenas de sertanejos e sertanejas caminhando em direção à madeira que compraram, o combate teve início. Como resultado, foram necessárias mais três expedições do exército, envolvendo muita ignorância sobre o território e os sertanejos, e, aproximadamente, 15 mil combatentes para eliminar o “inimigo da nação”. Mas esta é uma história que ficará para outro momento.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Belo Monte, que posterior ao conflito ficou conhecida como Canudos, foi, no ano de 1968, inundada por meio de um projeto do Governo Militar (1964 – 1985). A terra junto com o que sobrou das construções em que ficava a histórica cidade, quedou-se coberta pelas águas (Foto 4) e, em poucos quilômetros de distância, o Estado Militar Brasileiro planejou uma nova Canudos (Foto 5).

**Foto 4:** Açude de Cocorobó, que inundou as ruínas de Belo Monte, localizado na cidade de Canudos, BA.



Fonte: Autores, 22/04/2014

**Foto 5:** Principal entrada do município de Canudos, BA.



Fonte: Autores, 22/04/2014



A construção do açude pelo Governo Militar, mais que esconder a vergonha do crime cometido pelo Exército brasileiro, ajuda a aprofundar o esquecimento de que em Belo Monte foi possível, dentro dos limites sociais e históricos, organizar uma vida melhor para os sertanejos.

A historiografia oficial do Estado-Nação, principalmente a ligada às forças armadas, limita-se a visualizar este conflito enquanto uma vitória do Exército. E após o conflito, o Governo Republicano “descobriu” que os conselheiristas não estavam se monarquizando, contudo, justificam que eram fanáticos, pois seguiam um “louco” amparado em dogmas religiosos estranhos ao período histórico.

De fato, a liderança republicana estava preocupada com o processo de unificação territorial. Não podiam aceitar que dentro do Estado-Nação houvesse formas de um fazer econômico, político e cultural à parte do institucionalizado (MURARI, 2007). Os representantes políticos preocupavam-se com a incitação – seguindo o exemplo de Canudos – de outros levantes sociais que buscassem a autonomia perante a República. Desta feita, não houve a preocupação em verificar o que movia os sertanejos, foram julgados e condenados.

Diante disso, nunca se ousou compreender e dialogar seriamente com as experiências promovidas por Antônio Conselheiro. As práticas bem como o realizado em Belo Monte passaram a ser visto como resultado do devaneio de um sertanejo fanático. Este conseguindo, busca explicar Cunha (1967), arregimentar sertanejos por causa do atraso cultural que viviam.

Como resultado, após o ataque e massacre promovido pelo Exército contra os conselheiristas, o aprendido foi que o espaço dos sertões brasileiro deveria ser integrado ao processo modernizador vivenciado no litoral. Só assim, acreditavam os dirigentes do Estado, o ocorrido na chamada Guerra de Canudos não voltaria a acontecer. Isto virou um projeto de Nação (VIDAL e SOUZA, 1997) que atuou em todo século XX e que atua no fortalecimento das práticas de reprodução capitalista, significadas a partir da lógica advinda da Divisão Internacional do Trabalho do início do século XXI.

Santos e Silveira (2001), Furtado (1996), Oliveira (1977), Becker, Egler (1998) em suas singularidades analíticas, reverberam para o fato de que o Estado brasileiro se estruturou para fortalecer os grandes capitais que, notoriamente, eram vistos enquanto propulsores da modernização territorial. Nesse sentido, dialogar com a historiografia sobre Belo Monte contribui, de certa maneira, para a superação das farsas<sup>1</sup> contemporâneas que orientam o imaginário do Estado-Nação Brasil.

---

<sup>1</sup> Ao interpretar o dizer de Hegel que todos os fatos e personagens da história mundial aparecem duas vezes, Marx (S. D., p. 5) argui que o seu interlocutor: “[...] esqueceu-se de acrescentar: uma vez como tragédia e a outra como farsa”.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste**. São Paulo: Atlas S. A, 1970.
- BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. São Paulo: Edusp, 2009.
- BECKER, Bertha; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1995.
- CALASANS, José. **No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da campanha de Canudos**. Coletânea. S. D. Disponível em: [http://josecalasans.com/downloads/no-tempo-de-antonio-conselheiro\[1959\].pdf](http://josecalasans.com/downloads/no-tempo-de-antonio-conselheiro[1959].pdf). Acesso em: 06/02/2013.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Coleção da Edições de Ouro dos Clássicos Brasileiros, 1967.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. In: A Editoria Avante. (S. D.). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/>. Acesso em: 13/09/2013.
- MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MONIZ, Edmundo. **Canudos: a luta pela terra**. 9ª ed. São Paulo: Global, 2001.
- MURARI, Luciana. **“Brasil, Ficção Geográfica”**: ciência e nacionalidade no país D’Os Sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920**. São Paulo: Annablume, 1998.
- NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.





SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SOLA, José Antônio. **Canudos**: uma utopia no sertão. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

VIDAL e SOUZA, Candice. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997.

ZILLY, Berthold. A Guerra do Sertão como “evento de mídia” na Europa de 1987. In: **Anos 90**. v. 1. nº 7, Porto Alegre, p. 59 – 87, julho de 1997.

ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da Guerra de Canudos. In: **Estudos Avançados**: dossiê Nordeste seco. vol. 13, nº 36, São Paulo, may./aug. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000200006). Acesso em 22/09/2014.